

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
RONDÔNIA

CENTRO INTERDISCIPLINAR  
DE ESTUDO E PESQUISA DO  
IMAGINÁRIO SOCIAL



REVISTA LABIRINTO  
ANO XVIII  
VOLUME 26  
(ABR-JUN)  
2017  
PP. 281-296.

## DIVERSIDADE SOCIOCULTURAL E RELAÇÕES DE PODER NO BRASIL

Daniele Severo da Silva\*  
Docente do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Rondônia  
danielessevero@gmail.com

Sérgio Luiz de Souza\*\*  
Professor Doutor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Rondônia  
sergiosouza@unir.br

### RESUMO

Neste artigo objetivamos apresentar reflexões provenientes de nossas pesquisas sobre relações sócio-étnico-raciais, diversidade, alteridade e poder na sociedade brasileira. Neste sentido, nos pautamos em dados do contexto sociopolítico brasileiro ao longo do século XX e décadas recentes para orientar nossas elaborações. Questionamos sobre a relevância do racismo, da misoginia e do elitismo na dinâmica social brasileira, no que diz respeito à desigualdade e ao autoritarismo expresso nas diversas formas de violência atuadas por agentes públicos e privados nos mais variados contextos, principalmente contra mulheres, negros, indígenas e pobres em geral. Neste sentido, procuramos empreender interpretações a respeito das contradições presentes entre, por um lado, os projetos políticos dos grupos hegemônicos na estruturação dos espaços urbanos e estabelecimento de lógicas institucionais fundados em uma perspectiva de modernidade homogeneizante de base etnocêntrica, misógina, racista e elitista e, por outro lado, a realidade social constituída pela diversidade étnico-racial, de gênero e de classe, realidade esta constituinte das referências orientadoras das formas de vida e projetos políticos dos diferentes grupos e classes sociais.

**Palavras-chave:** dinâmica social; alteridade; relações étnico-raciais; relações de classe; poder.

**ABSTRACT**

This article aims to present reflections from our research on socio-ethnic-racial relations, diversity, alterity and power in Brazilian society. In this sense, we are based on data from the Brazilian sociopolitical context throughout the twentieth century and recent decades to guide our elaborations. We question the relevance of racism, misogyny and elitism in the Brazilian social dynamics, with respect to inequality and authoritarianism expressed in the various forms of violence perpetrated by public and private agents in the most varied contexts, especially against women, blacks, indigenous peoples and poor in general. In this sense, we attempt to interpret the present contradictions between, on the one hand, the political projects of the hegemonic groups in the structuring of urban spaces and the establishment of institutional logics based on a homogenizing perspective of ethnocentric, misogynistic, racist and elitist, on the other hand, the social reality constituted by ethnic-racial diversity, gender and class, reality is the guiding reference of the ways of life and political projects of different social groups and classes.

**Keywords:** social dynamics; otherness; ethnic-racial relations; class relations; power.

## **Introdução**

Buscamos aqui apresentar reflexões provenientes de nossas pesquisas sobre relações sócio-étnico-raciais, diversidade, alteridade e poder na sociedade brasileira. Neste sentido, nos pautamos em dados do contexto sociopolítico brasileiro ao longo do século XX e décadas recentes para orientar nossas elaborações. Qual a relevância do racismo, da misoginia e do elitismo na dinâmica social brasileira, no que diz respeito à desigualdade e ao autoritarismo expresso nas diversas formas de violência atuadas por agentes públicos e privados nos mais variados contextos, principalmente contra mulheres, negros, indígenas e pobres em geral? Marilena Chauí, ao pensar acerca da ordem social autoritária e nas contradições que o discurso disseminado socialmente no Brasil coloca, de um país harmonioso e de população submissa e passiva, nos alerta sobre a elaboração e estruturação do Estado – Nação brasileiro em que concorreram narrativas definidoras de um imaginário orientador de práticas nas quais se realiza ou

se procura realizar a negação da diversidade a ser submetida a uma homogeneização com base em um único padrão cultural (CHAUÍ, 2000, p.102).

Neste sentido, nosso objetivo é empreender interpretações a respeito das contradições presentes entre, por um lado, os projetos políticos dos grupos hegemônicos de estruturação dos espaços urbanos e estabelecimento de lógicas institucionais fundados em uma perspectiva de modernidade homogeneizante de base etnocêntrica, misógina, racista e elitista na sociedade brasileira e, por outro lado, a realidade social constituída pela diversidade étnico-racial, de gênero e de classe que constitui fontes para a construção de identidades. Neste contexto, focamos a produção de identidades estigmatizadas, o estranhamento e a heteronomia que fundamentam a dinâmica autoritária em nosso contexto nacional.

**Sobre a dimensão da classe social: elitismo, modernidade e exclusão no contexto brasileiro**

Primeiramente, antes de apontarmos diferentes aspectos que fundamentam nossa abordagem acerca da dinâmica social brasileira e da percepção da dimensão do conceito de classe social, apontamos que não entendemos as relações de poder e a organização da realidade a partir de dualidades dominantes dominados ou outros pares da mesma natureza. Nesta lógica, expomos nossa opção por refletir a partir do conceito de hegemonia, na medida em que este surge como práxis e processo, dinamizado em função da historicidade das conjunturas sociais. Desta maneira, mais do que “doutrinação e manipulação” hegemonia é corpo de práticas e expectativas sobre o todo social abordado e sobre toda existência social. Um corpo de práticas e expectativas que surge enquanto “complexo de relações, experiências-atividades” (atuações) com pressões e limites específicos e mutáveis (CHAUÍ, 1986, p. 21).

De acordo com esta formulação, temos uma conceituação do processo político que de fato nos permite

conceber e melhor interpretar as atuações, ações políticas dos sujeitos sociais sob as diversas formas e os múltiplos caminhos e referenciais que são próprios de um equilíbrio dinâmico inerente às ambiguidades do poder político existente nas sociedades em geral e, particularmente, no contexto do espaço sociopolítico brasileiro.

Durante todo o Brasil republicano os dados relativos à situação da população negra pouco foram alterados, no que diz respeito à superação da marginalização e opressão política, econômica e sociocultural até o final do século XX (SOUZA, 2010). Contudo, nos últimos doze anos (principalmente entre 2002 e 2014) ocorreram transformações significativas neste contexto. Alguns dados relevantes podem ser apresentados neste sentido.

Até o ano de 2001 o acesso de negros às universidades públicas no Brasil era próximo de 3% em média, em 2013 os negros passaram a um contingente de 9,8% nestas instituições (MEC, 2013). Quanto à situação econômica, a diferença quanto percentual de desempregados entre negros e não-negros

DIVERSIDADE SOCIOCULTURAL E RELAÇÕES DE PODER NO BRASIL,  
DANIELE SEVERO DA SILVA & SÉRGIO LUIZ DE SOUZA

entre 2002 e 2011 recuou de 7,2% para 2,6% no último ano. Outro dado relevante foi a redução de 86% da pobreza entre negros em apenas 11 anos, a saber, entre 2002 e 2013 (BRASIL, 2015). Na discussão a respeito deste processo de intensa aceleração do processo de melhoria das condições de vida dos descendentes de africanos no Brasil apenas na última década, em comparação com praticamente todo o período republicano, quais podem ser apontados como mais relevantes?

Ao longo do tempo, pensadores pautados em diferentes perspectivas teóricas e de variadas matizes político-ideológicas atribuíram as más condições de vida e a marginalização econômica e política das populações negras, ao longo do século XX, a pretensas idiossincrasias destes estratos populacionais. Nesta direção, a marginalização e a exclusão social foram naturalizadas e, em grande medida, percebidas enquanto condição inevitável para as populações negras. Desta forma, nestes estudos, a população negra é retratada como população apática, sem laços familiares estáveis, inadaptada e

despreparada para o trabalho livre. Assim, muitos estudos, conformados a partir de estereótipos concluem que, deste modo:

(...) o isolamento econômico, social e cultural do ‘negro’, com suas indiscutíveis consequências funestas, foi um produto ‘natural’ de sua incapacidade relativa de sentir, pensar e agir socialmente como homem livre. Ao recusá-lo, a sociedade repelia, pois, o agente humano que abrigava, em seu íntimo, o ‘escravo’ ou o ‘liberto’ (FERNANDES, 1978, apud AZEVEDO, 1987, p.23).

Análises desta natureza terminam por negar a historicidade e a memória das populações negras e dos grupos sociais economicamente subalternizados em geral. Presas a uma racionalidade imanente da história ou a “lógica do capital”, invalidam formas de vida baseadas em valores e organizações diversas da lógica sociocultural hegemônica. São teorizações que terminam por gerar conclusões que reafirmam a lógica racista e, no mesmo contexto, não alcançam o objetivo de compreender a lógica das relações sócio-étnico-raciais no Brasil.

Nesta linha, de produções acadêmicas a respeito do negro e de sua exclusão nas relações produtivas no período republicano, uma narrativa corrente é a do despreparo e da incapacidade dos negros para as relações “modernas do sistema de trabalho capitalista”. Fazendo coro com estudos pautados em interpretações dos fundamentos da formação econômica do Brasil apontando a história africana marcada por incapacidade técnica e civilizatória, como em autores como Furtado (1970) e Prado Junior (1987), Otávio Ianni (1960) afirma que:

[...] não há dúvida de que a mão-de-obra relativamente mais “qualificada” do imigrante possa ter sido eficaz, principalmente se a considerarmos em confronto com aquela do escravo, que por não estar em condições sequer de aprender a manipular as máquinas, quebra-as. O horizonte mental do negro recém-egresso da senzala não era suficientemente amplo para possibilitar um rápido e eficiente aprendizado na lida com instrumentos e máquinas cujo funcionamento lhe era estranho (CARDOSO & IANNI, 1960, p. 58).

Além de apresentar um desconhecimento das condições socioculturais de diversidade e riqueza da diáspora africana e da história dos afro-brasileiros, estas perspectivas teóricas colocam-se por um viés que impede a percepção das interconexões entre variados fatores que presidem a lógica da dinâmica social brasileira e o patrimônio histórico e cultural dos povos negros, presente e decisivamente atuante na constituição da sociedade em toda sua história<sup>i</sup>.

Da mesma forma que outras produções acadêmicas no Brasil, estudos e pesquisas como as de Otávio Ianni (1988) e Florestan Fernandes (1978) resultam em obras ricas, diversificadas e de inestimável valor teórico, político e cultural, em vários aspectos. Porém, embora apontem as más condições de inserção das populações negras e a assimetria social existente entre brancos e negros na sociedade brasileira indicando as limitações geradas pela doutrina do branqueamento e outros aspectos da discriminação racial, suas interpretações permaneceram enredadas nas tramas da antropologia física e do darwinismo social, fundadas apenas no

aspecto biológico sem atentarem para a dimensão teórica da cultura (Fonseca, 2000). Ao voltarem-se apenas para a dimensão da classe, estudos nesta direção, deixam de perceber a cultura como portadora de potencial político-econômico transformador das realidades sociais, mesmo porque encaram as culturas desenvolvidas pelas populações afro-brasileiras como culturas fetichistas, acrílicas e descomprometidas com qualquer proposta política transformadora. De forma análoga ao sistema racista hegemônico, generalizam e homogeneízam os grupos humanos ao não enfocarem a relevância da diversidade presente na dinâmica sociocultural (FONSECA, 2000).

Distanciamos-nos destas diretrizes teórico-metodológicas na medida em que consideramos que as diferentes dimensões econômicas, políticas e culturais dinamizam o universo social de maneira dialógica e permanente. Na mesma direção, entendemos que as pesquisas acerca da realidade social necessitam ser pautadas em um diálogo intenso e constante entre a dimensão de classe social,

com a dimensão étnico-racial e a dimensão das relações de gênero.

### **Misoginia, Racismo e Machismo na Dinâmica Social Brasileira**

Para nos colocarmos no debate sobre as relações entre misoginia, machismo e racismo no Brasil começamos com Jurandir Freire Costa (1989) que demonstra o aburguesamento cidadão como expressão da concomitância e concordância entre as normas da higiene médica desenvolvida com vistas de conformar a sociedade aos padrões burgueses e, também, como fator presente na ascensão do Estado-Nação no Brasil, ao longo do século XIX. No decurso deste processo que se estende e encontra seu ápice na primeira metade do século XX, o puritanismo, como padrão de comportamento social burguês ocidental, consolidou-se por meio das prescrições da medicina, da psiquiatria, da arquitetura, entre outras disciplinas, mobilizadas para estabelecer a chamada modernidade

(COSTA, 1989, p. 201). A ideia de modernidade sustentou como um biombo discursivo, as narrativas da ordem hegemônica juntamente à noção de nação na qual a alteridade ficou sob o relento do vazio discurso liberal de igualdade republicana.

A ideia da sexualidade animalizada da população negra foi reafirmada durante a República na figura da “mulata” e da hipersensualidade da mulher negra, representada como objeto sexual para saciar a vontade dos homens em geral, sobretudo dos homens brancos e ricos estimulados a tomar suas empregadas e funcionárias ou também para com negras e mestiças se divertirem em suas viagens<sup>ii</sup>.

Estas concepções atravessam todo período colonial e, no século XIX, foram reestruturadas com representações advindas de diferentes ciências, como a psiquiatria que até meados do século XX teve como conceito basilar a sexualidade feminina enquanto aspecto limitador da humanidade das mulheres. Sob estes aspectos, o processo de aburguesamento da sociedade brasileira a partir do modelo puritano burguês europeu

(COSTA, 1989, p. 159) foi complementar à medicalização e maior vigilância e poder dos homens sobre o corpo feminino (CUNHA, 1988, p. 60). Com esta percepção é que compreendemos o que Costa (1989) denomina de fundamento da ordem médico-política e do machismo na realidade brasileira (COSTA, 1989, p. 215) enquanto uma lógica de relações estabelecidas na subordinação das mulheres e na restrição a atuação destas no espaço social, não apenas prendendo-as ao domínio privado do “lar”, mas, sobretudo, firmando uma narrativa orientada pela visão de incapacidade destas para tomadas de decisão e pela consequente necessidade de tutela dos homens sobre elas.

Desta forma, a naturalização da violência sexual e a banalização de toda a sorte de agressões contra as mulheres em geral e as mulheres negras duplamente, devido à sobreposição do machismo e do racismo, são estabelecidas como regras de convívio e referência para a atuação de diferentes atores sociais, inclusive institucionais. Nesta dimensão que se encaixam a lógica do tratamento dado às mulheres negras no

início do século XX em espaços públicos, como o ocorrido em Ribeirão Preto - SP, por exemplo, onde em 1905, quando famílias da “boa sociedade”, por meio de jornais locais, mostravam sua indignação devido a presença de negras e seus filhos no “Jardim Público”, a Praça XV:

Espectáculo a que assistimos revoltados no domingo à noite, quando tocava no jardim público a Banda Filhos de Euterpe, não pode e não deve repetir-se. Ribeirão Preto (...) não pode estar dominada por este elemento pernicioso que atenta pública e audaciosamente contra os mais comensuráveis deveres sociais, e que vai além, muito além, chegando a desprezar as famílias, fazendo-as retrair-se, fugirem daquele lugar impróprio e único que possuímos. “As horizontais”, uma cáfila de negras desocupadas e atrevidas e uma molecada insolente que está pedindo colônia correcional (...). A liberdade, já tivemos ocasião de dizer referindo-nos a abusos naquele lugar, não pode ser esta criminosa. Desatenção que indivíduos mal educados querem praticar com semelhante desenvoltura - o jardim é de todos, mas de todos educados. À Prefeitura e às autoridades policiais endereçamos estas linhas como uma reclamação que nos fizeram muitas famílias. Esperamos o corretivo enérgico da parte das autoridades, mesmo que se torne preciso uma postura municipal proibindo ali a entrada desta gente mal educada (Artigo publicado no jornal A cidade em 1905).

Estes reclames públicos de consideração das mulheres negras como “elementos perniciosos”, populações “mal educadas”, “cáfilas” (grupo de camelos) incivilizadas e “perigosas”, significaram apenas a intensificação de representações cotidianas, as quais em seus momentos de vociferação, os grupos hegemônicos acresciam de medidas mais efetivas, como “colônias correcionais” e outros “corretivos enérgicos” para coibir “esta gente mal educada” com sua “liberdade criminosa e abusada” (Jornal “A Cidade”, 2 de Maio de 1905). Medidas de corretivo social contra aquelas denotadas como sinônimo de imoralidade, animalidade, primitivismo e perigo, por isto também, necessária a repressão às mesmas.

Este mesmo entendimento, guardadas as particularidades, em que se pede punição para estas mulheres negras por estarem fora de seus lugares físicos e sociais, segundo a ordem hierárquica racista e machista dos grupos hegemônicos, possui a mesma substância que orienta a lógica de sujeitos a apoiar o castigo de estupro a mulheres em geral

que não estiverem de roupas adequadas e/ou em lugares definidos, pela lógica machista e/ou racista, como adequados a sua condição cujo lugar e papel social se situa no espaço da subalternidade. A força destas diretrizes resulta na pesquisa de institutos como o Datafolha em sua apuração recente de que trinta e três por cento da população brasileira entende que “mulher que usa roupas provocativas não pode reclamar se for estuprada<sup>iii</sup>”. Esta perspectiva de sanção violenta e de punição, expressa a reafirmação da ordem verticalizada autoritária na qual, mulheres, negros e os demais “outros” estigmatizados pelas narrativas hegemônicas com seus valores e normas assumidas como referência do Bem e da Ordem. Uma lógica reproduzida por diversos sujeitos e agentes institucionais, ao longo de nossa república, inclusive na atualidade, como discute a filósofa Márcia Tiburi, sobre a misoginia e o poder no Brasil contemporâneo:

Refiro-me ao olhar daquele que objetifica o outro e que se serve dele para seus fins. Sobre isso, no jogo imaginário misógino, podemos lembrar da imagem de Dilma Rousseff

na forma de um adesivo que circulou em carros durante algum tempo, no exato instante em que, de pernas abertas, era invadida por uma peniana bomba de gasolina. Mas podemos também lembrar do personagem símbolo do estupro político que é o deputado Jair Bolsonaro, que posicionou-se como o grande estuprador em potencial contra Maria do Rosário e que, no dia 17 de abril no momento da votação do impeachment, elogiou o conhecido torturador coronel Ustra como o “terror de Dilma Rousseff”. Nesse caso, não podemos falar de um olhar de desejo sexual, mas de um olhar de culpabilização – típico do estuprador que precisa culpar a mulher de saias para tornar-se apto a violentá-la. Esse olhar responde por um desejo obtuso que se expressa como violência sexual. (TIBURI, 2016).

Como nos questiona (TIBURI, 2016)<sup>iv</sup>: qual é condição desse olhar, o que o constitui e dá substância enquanto orientador de posicionamentos e atuações? Mais do que o “olhar estuprador típico do desejo patriarcal”, distinto do desejo sexual digamos saudável, este olha é o olhar da culpabilização, da martirização daquele corpo enquanto corpo de um sujeito cuja sanção, em forma de humilhação e escárnio público, deve servir de exemplo a outros no sentido de que continuem cômicos de seus papéis e lugares sociais

estabelecidos em prol de uma alegada harmonia, pelos homens civilizados para o Bem de todos/as.

Nesta contextualização se situam outros dois casos emblemáticos. Um deles refere-se ao recurso da descaracterização e exposição do que seriam supostos (pela lógica misógina) aspectos da sexualidade da Presidenta Dilma Roussef como explicações para um alegado mau desempenho administrativo e/ou político da mesma. Este recurso misógino foi explorado pelo editor da revista *Época*, João Luiz Vieira, o qual sentencia que a então mandatária teria “sexualidade subtraída, solitária, assexuada e, portanto, infeliz” (CHRISTOFOLETTI, 2015) <sup>v</sup>. Assim, o editor age na reafirmação de estigmas que tratam a mulher como ser voltado à sexualidade intensa e que somente nesta forma é interessante, é mulher de fato e, na mesma direção estabelece a inaptidão do ser mulher ao espaço da definição e da administração do público, posto que, ao adentrar neste âmbito “masculino por natureza” está fadada a um duplo fracasso, o da perda de sua feminilidade e aquele referente à

demonstração de uma alegada incapacidade feminina de ocupação de espaços decisórios. O outro caso refere-se às agressões sofridas pela senadora Regina Sousa por parte de uma jornalista que a denominou de “anta”, “semianalfabeta” e “criatura cretina” (AGUIAR, 2016)<sup>vi</sup>. Esta jornalista veiculou sentidos e significados presentes em diferentes momentos que constituem a reafirmação da lógica racista para redefinição dos lugares sociais definidos para as populações negras na perspectiva dos grupos hegemônicos ciosos de seus privilégios e mesmo do prazer sádico de ostentação e humilhação social, estes também fatores da lógica da opressão sustentada por meio dos estigmas gerados por meio do racismo, do machismo e da misoginia. As negras tratadas como cáfilas no Sudeste do país em 1905, as mulheres merecedoras do estupro por não se comportarem de acordo com a norma patriarcal, ou a Presidenta tratada de maneira violenta e acintosa, são frutos da lógica violenta que, ao gerar estigmas sob o formato de normas e valores sustentadores de representações desqualificantes para populações negras, mulheres (e outros situados em posições de

pouco ou ínfimo acesso a bens socioculturais, políticos e econômicos), sustenta a hierarquia social desigual pretendida pelos grupos hegemônicos no Brasil.

### **Considerações finais**

As diferentes manifestações violentas vivenciadas no seio da sociedade brasileira, em todos os níveis, de forma crescentemente abrupta e corriqueira nas relações cotidianas, expostas com grande virulência por diferentes meios de comunicação e em diferentes espaços institucionais necessitam de uma compreensão distinta da percepção mais espalhada na conjuntura atual. As diferentes expressões violentas que têm dado substância e ornamento ao quadro social brasileiro, mais do que avanço de formas de sociabilidade pautadas na desvalorização da vida e na banalização da morte, precisam ser percebidas, em grande medida, como o aprofundamento de bases estruturais estabelecidas na dinâmica social brasileira ao longo de um processo intenso de produção, difusão,

legitimação e atuação, a partir dos grupos hegemônicos, porém com inserção e assimilação pelos mais diferentes grupos e classes componentes da sociedade, de valores e normas fundadas no estigma e na desqualificação de base, misógina, racista e xenofóbica. Xenofobia esta que se torna operacional não necessariamente com imigrantes e outros sujeitos extranacionais, que também a tem vivenciado de forma intensa. É a partir da construção autoritária dos/as diversos/as ao padrão de humano, cultura e sociedade que os setores hegemônicos buscam impor, com suas compreensões de modernidade etnocêntricas, que mulheres, populações negras, indígenas e os empobrecidos são estabelecidos enquanto inimigos e ou estorvos sociais em potencial<sup>vii</sup> e, nesta lógica, tornados estranhos a si mesmos, ao conjunto da sociedade e às instituições oficiais e não oficiais.

Um processo que nesta medida gera a legitimação da violência e de toda sorte de interdições àqueles/as outros, os/as estranhos/as, em nome de um projeto de país em uma concepção de Ordem social precisa se realizar, ordem esta

pautada na harmonia proveniente da invisibilidade e do silenciamento (se necessário do extermínio) dos outros do projeto de uma almejada modernidade e de um desejo de um progresso sempre distante. As atrocidades cometidas contra povos e grupos humanos inteiros em forma de massacres, a opressão cotidiana contra mulheres, negros e indígenas e a desqualificação com formas de tratamento humilhante e violento, expressões do machismo e da misoginia, contra mulheres que ocupam cargos e espaços públicos e privados contrariando a lógica hegemônica, são aspectos de uma mesma dinâmica em que o autoritarismo é resultado da legitimação da violência por meio da desqualificação diuturna destas e dos demais grupos humanos definidos enquanto “racial e/ou socialmente inferiores”. Neste contexto, vive-se uma causa insaciável, alimentada por necessidades incessantemente renovadas, geradas com base na ambiguidade e na indefinição de um processo socio-histórico rumo a um nada civilizatório no qual a bestialização dos que ficam emerge como prêmio pela supressão e o extermínio da diversidade de formas de vida

e gentes que se vão consumidas pela ira, pelo ódio nunca aplacado, posto ser este ódio sombra de fantasmas criados e mantidos pelos discursos/ações na lógica autoritária assumidos como verdades.

### REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Mônica. Jornalista Joice Hasselmann, ofende e discrimina social e racialmente senadora negra dentro do senado Brasileiro. Disponível em: [http://www.geledes.org.br/jornalista-joice-hasselmann-ofende-e-discrimina-social-e-racialmente-senadora-negra-dentro-do-senado-brasileiro/#gs.R\\_\\_O9hw](http://www.geledes.org.br/jornalista-joice-hasselmann-ofende-e-discrimina-social-e-racialmente-senadora-negra-dentro-do-senado-brasileiro/#gs.R__O9hw) acesso em 5 de setembro de 2016.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho. Onda Negra, Medo Branco – O Negro no Imaginário das Elites - Século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BRASIL, Portal. Pobreza entre negros cai 86% em uma década. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e->

justica/2015/05/percentual-de-negros-em-situacao-de-pobreza-caiu-86-em-11-anos, acesso em maio de 2015.

CARDOSO, F. H.; IANNI, O. Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

CHAUÍ, Cultura e Democracia, São Paulo: Brasiliense, 2000.

\_\_\_\_\_. Marilena. Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil, São Paulo: Brasiliense, 1986.

COSTA, Jurandir Freire, Ordem médica e norma familiar no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Um jornalismo sem vergonha. Disponível em:

<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:5VPCzYgQGfEJ:observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/um-jornalismo-sem-vergonha/+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> acesso em 25 julho de 2016.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo. São Paulo: Paz e Terra, 2ª

ed,1988.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Ática, 3ª edição, 1978.

FONSECA, Dagoberto José. Negros Corpos (I)Maculados: mulher, catolicismo e testemunho. São Paulo: Tese (Doutorado em Antropologia), Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais, Puc, 2000.

FURTADO, Celso. A formação econômica do Brasil. 10. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1970. (Coleção Biblioteca Universitária, Série 2a, Ciências Sociais, v. 23).

JORNAL, A Cidade. Ribeirão Preto: 02 de Maio de 1905, “O Jardim e as Famílias”.

KARASCH, Mary C. A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LUZ, Marco Aurélio de Oliveira. Agadá: dinâmica da civilização africano-brasileira. 2 ed. Salvador: EDUFBA, 2000.

SCHUMAN, Lia. Racismo e branquitude na sociedade Brasileira. Entrevista de Lia Schuman à Revista FAPESP.

Disponível em:  
[http://agencia.fapesp.br/racismo\\_e\\_branquitude\\_na\\_sociedade\\_brasileira/20628/](http://agencia.fapesp.br/racismo_e_branquitude_na_sociedade_brasileira/20628/) Acesso em 28 de julho de 2016.

SOUZA, Sérgio Luiz de. Fluxos da Alteridade: Organizações negras e processos identitários no Nordeste Paulista e Triângulo Mineiro (1930 – 1990) Araraquara. 2010. 450 páginas. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2010.

STOLKE, Verena. O enigma das intersecções: classe, “raça”, sexo, sexualidade. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. In: Revista Estudos Feministas, vol. 14, nº1, jan-abr. 2006.

SUL21. Um em cada três brasileiros culpa mulheres que usam roupas provocativas por estupro. Disponível em:  
<http://www.sul21.com.br/jornal/um-em-cada-tres-brasileiros-culpa-mulheres-que-usam-roupas-provocativas-por-estupro1/> acesso em 21-09-2016.

TIBURI, Márcia. A máquina misógina e o fator Dilma Rousseff na política brasileira. Disponível em:

<http://revistacult.uol.com.br/home/2016/07/a-maquina-misogina-e-o-fator-dilma-rousseff-na-politica-brasileira/> acesso em 18 de agosto de 2016.

ROSSI, Waldemar; GERAB, William Jorge. **Para Entender os Sindicatos no Brasil:** uma visão classista. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SANDOVAL, Salvador. **Os Trabalhadores Param:** greves e mudança social no Brasil 1945-1990. São Paulo: Ática, 1994. (Série Temas v. 32).

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa.** Trad. Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.v. III.

#### NOTAS

---

\* SILVA. Docente do Departamento de Ciências Sociais – Universidade Federal de Rondônia – Campus de Porto Velho.

\*\* SOUZA. Docente (Professor Adjunto) do Departamento de Ciências Sociais – Universidade Federal de Rondônia – Campus de Porto Velho. Mestre e Doutor em Sociologia pela UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Campus Araraquara.

DIVERSIDADE SOCIOCULTURAL E RELAÇÕES DE PODER NO BRASIL,  
DANIELE SEVERO DA SILVA & SÉRGIO LUIZ DE SOUZA

<sup>i</sup> Os descendentes de africanos atuavam em diversas áreas da economia e das artes de forma intensa até o final do século XIX. Eram ourives, carpinteiros, sapateiros, alfaiates, atuavam em ramos da metalurgia, construção de prédios e outras edificações. Além disso, a presença de negros, escravizados e livres, nas artes plásticas, poesia, na música sacra e outras formas musicais, também foi sempre significativa (Karasch, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000). Ver também: LUZ, Marco Aurélio de Oliveira. *Agadá: dinâmica da civilização africano-brasileira*. 2ª ed. Salvador: EDUFBA, 2000.

<sup>ii</sup> Ver FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2001. Neste sentido, das discussões sobre racismo e machismo, ver a discussão sobre a exploração da mulher negra enquanto objeto sexual pela EMBRATUR entre as décadas de 1970 e 1990 em BEM, Ari Soares de. *A Dialética do Turismo Sexual*. Campinas: Papirus, 2005.

<sup>iii</sup> SUL21. Um em cada três brasileiros culpa mulheres que usam roupas provocativas por estupro. Trinta por cento, ou quase um em cada três, brasileiros concorda com a frase “A mulher que usa roupas provocativas não pode reclamar se for estuprada”, é o que aponta pesquisa Datafolha divulgada no dia 21 de setembro de 2016 e encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O percentual foi idêntico entre homens e mulheres ouvidos na pesquisa. Um em cada três brasileiros culpa mulheres que usam roupas provocativas por estupro <http://www.sul21.com.br/jornal/um-em-cada-tres-brasileiros-culpa-mulheres-que-usam-roupas-provocativas-por-estupro1/> acesso em 21-09-2016.

<sup>iv</sup> TIBURI, Márcia. A máquina misógina e o fator Dilma Rousseff na política brasileira. <http://revistacult.uol.com.br/home/2016/07/a-maquina-misogina-e-o-fator-dilma-rousseff-na-politica-brasileira/> acesso em 18 de agosto de 2016.

<sup>v</sup>CHRISTOFOLETTI, Rogério. Um jornalismo sem vergonha. <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:5VPCzYgQGfEJ:observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/um-jornalismo-sem-vergonha/+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> acesso em 25 julho de 2016.

<sup>vi</sup> AGUIAR, Mônica. Jornalista Joice Hasselmann, ofende e discrimina social e racialmente senadora negra dentro do senado Brasileiro. [http://www.geledes.org.br/jornalista-joice-hasselmann-ofende-e-discrimina-social-e-racialmente-senadora-negra-dentro-do-senado-brasileiro/#gs.R\\_\\_O9hw](http://www.geledes.org.br/jornalista-joice-hasselmann-ofende-e-discrimina-social-e-racialmente-senadora-negra-dentro-do-senado-brasileiro/#gs.R__O9hw) acesso em 5 de setembro de 2016.

<sup>vii</sup> Schuman, Lia. Racismo e branquitude na sociedade Brasileira. Entrevista de Lia Schuman à Revista FAPESP. [http://agencia.fapesp.br/racismo\\_e\\_branquitude\\_na\\_sociedade\\_brasileira/20628/](http://agencia.fapesp.br/racismo_e_branquitude_na_sociedade_brasileira/20628/) Acesso em 28 de julho de 2016.

296

Recebido em: 22/06/2017.

Aprovado em: 15/08/2017.

Publicado em: 28/08/2017.